

O QUE MUDA COM A
CONSTITUIÇÃO

Durante 19 meses e 2.500 horas de trabalho, que custaram ao Congresso quase Cz\$ 3 bilhões, muitos dos 559 constituintes se destacaram e estão deixando suas marcas na nova Carta

Os personagens que ganharam espaço

Em 2.500 horas de trabalho, o gasto é de 3 bi

CLAUDIA MOEMA
Da Editoria de Política

1º de fevereiro de 1987. A sessão de instalação da Assembleia Nacional Constituinte traz a marca da formalidade de quem a preside, o ministro José Carlos Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal. O plenário que votará a nova Constituição é uma grande incógnita devido à renovação de 60 por cento do Congresso. A disputa por espaços nesse cenário se prenuncia difícil.

No caminho para a conquista de espaços, há alguns predestinados. É o caso de Ulysses Guimarães, que, pela vontade da maioria do Congresso, venceu a missão maior de conduzir os trabalhos, numa disputa fácil contra o deputado Lysiane Maciel. Sem a sua presença, é provável que a Constituinte não seguisse o mesmo curso e ela só avançou sob seu comando. Quando quis imprimir um ritmo acelerado, assim conseguiu e, hoje existe o consenso de que Ulysses foi a força maior na direção e encaminhamento de todas as votações. Afirmou-se, até mesmo entre seus adversários políticos, ao defender a soberania da Constituinte quando esta foi ameaçada por grupos que propunham sua dissolução. Impôs sua vontade, contrariando diversos segmentos, como ocorreu na recente votação das eleições em dois turnos para os municípios com mais de 200 mil habitantes.

Dois outros nomes também surgiram no cenário da Constituinte, ambos cassados pelo regime autoritário, retornando à velha Casa. O senador Mário Covas e o deputado Bernardo Cabral. O primeiro era igualmente um predestinado. Covas chegou a Brasília sob os olhares de todos após uma votação consagradora que lhe trouxe o respaldo de nada menos do que oito milhões de eleitores. Sua primeira disputa na Assembleia se dá pela conquista da liderança do PMDB enfrentando o candidato do todo poderoso Ulysses Guimarães, o deputado Luiz Henrique. No início tem uma atuação modesta mas surge a partir de um episódio verificado ainda na fase da subcomissão.

A renovação de 60 por cento do Congresso marca o início do trabalho da Constituinte. Nomes de larga experiência política têm que disputar espaço com os novos que estão chegando

No dia da votação do texto sobre a reforma agrária, um antigo lutador pela causa, cujo voto poderia ser decisivo, desaparece de Brasília. Era o deputado Benedito Monteiro, localizado no início da noite, em seu estado, o Pará. Covas assume o comando de toda a operação que trouxe de volta Monteiro para Brasília, altas horas da noite. Imediatamente, os setores de esquerda identificaram Mário Covas como um de seus grandes aliados.

Apesar do seu afastamento por quase dois meses, devido ao enfarte sofrido, não esteve, como muitos afirmam, distanciado da Constituinte por um só instante. Covas foi uma peça fundamental na escolha dos membros que iriam integrar a Comissão de Sistematização e, muitos deles, seguem sua orientação. Além disso, deixou em seu lugar, seu mais próximo vice-líder, o deputado Euclides Scalco. Tanto na Sistematização como em etapas posteriores, Mário Covas levou adiante duas importantes bandeiras, a implantação do sistema parlamentarista de governo e o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. A posição de Covas conduziu um expressivo grupo de parlamentares a entrar em rota de colisão com o Palácio do Planalto.

Sua liderança foi arranhada, no entanto, em alguns episódios. Sofreu derrotas seguidas a partir da criação do grupo denominado Centrão, de forças conservadoras. De todas, a que mais o desgastou foi a de não conseguir aprovação do mandato de quatro anos para Sarney, sendo que, pouco antes, amargou outra derrota: a vitória do sistema presidencialista de governo.

RELATORIA

Desde o início dos trabalhos da Constituinte, dois cargos mereciam destaque pela sua importância: o da presidência — assegurado a Ulysses e o da relatoria. Ao cargo de relator geral da Constituinte, nomes de peso entraram na disputa: o senador Fernando Henrique Cardoso e os deputados Pimenta da Veiga e Fernando Cabral.

Vitorioso, Cabral tem sua primeira aparição após a fase das comissões temáticas. Como o

GIVALDO BARBOSA



Covas e Cabral: cassados pelo regime autoritário, voltaram com grande destaque

EUGENIO NOVAES



EUGENIO NOVAES

trabalho de seus relatores adjuntos, ele reúne os oito textos aprovados nas comissões na versão chamada Cabral-I, com mais de 500 artigos, que tem o estranho mérito de desagradar a todos. Nesse momento, começa a efetiva participação de Cabral que, ao depurar o texto, passa a imprimir sua marca pessoal à futura Constituição, pelas opções que realiza entre dispositivos contraditórios. O resultado foi surpreendente: o Cabral-II tem apenas 370 artigos a serem apreciados pela Comissão de Sistematização.

Além dessa atuação que se repetiu ao longo de todo o processo Constituinte aos o término de cada etapa vencida, Cabral teve papel importante em momentos decisivos quando algumas matérias corriam o risco de não serem aprovadas pela maioria absoluta, configurando-se o chamado buraco negro. Bernardo Cabral e seus adjuntos, em especial o senador José Fogaça — cuja participação permanente foi valiosa no andamento dos trabalhos — foram os únicos a acompanharem todo o processo, desde o início.

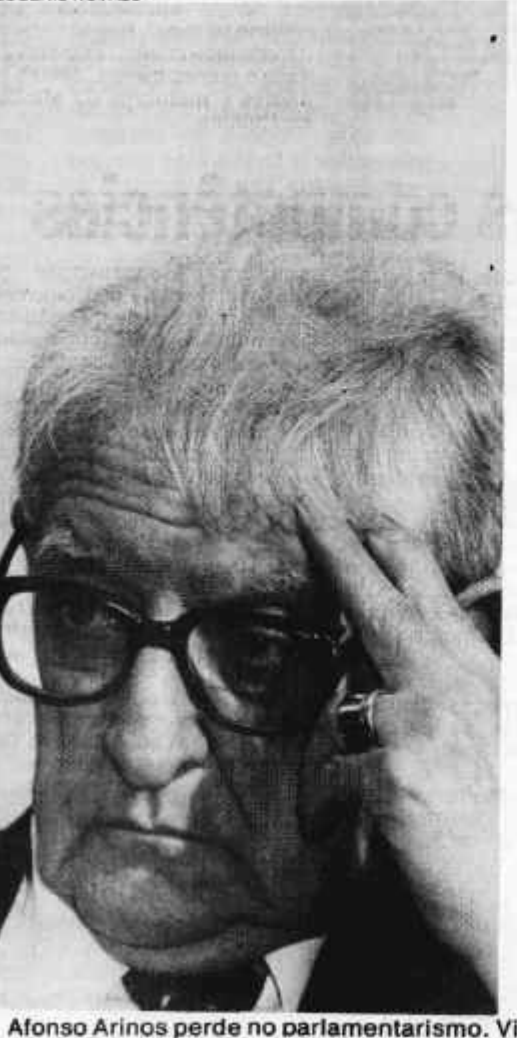
Até mesmo quando a presença dos constituintes em Brasília tornava-se desnecessária — entre uma fase e outra — os relatores atuavam. Aliás, foi, justamente, nesses períodos, em que mais trabalharam. No final do primeiro turno de votações, a equipe, comandada por Cabral, operou dia e noite, durante 20 dias seguidos. Bernardo Cabral, ao concluir sua tarefa, foi obrigado a recorrer aos serviços médicos, pela estafa de horas sem dormir.

DESTAQUES

Alguns constituintes marcaram por suas atuações constantes em todo o processo. Destacam-se os deputados Nelson Jobim (PMDB-RS), José Lourenço (PFL-BA), Roberto Freire (PCB-PE) e Luis Roberto Ponte (PMDB-RS). Eles acompanharam, passo a passo, toda e qualquer negociação, encaminhamento, votação e discussão sobre todos os temas apreciados pelo plenário.

Um trabalhador constante, Jobim sobressaiu-se na equipe

EUGENIO NOVAES



de Covas. Durante todo o processo de negociações, a antecâmara do então líder do PMDB, Mário Covas virou palco de toda espécie de manifestação e lobbies, e sua presença como mediador foi fundamental no confronto direto entre posições antagônicas da esquerda e da direita. Mas foi Jobim, nos bastidores, que costurava os entendimentos e conduzia a atuação do PMDB em plenário. Não causou estranheza e tão pouco foi difícil ascender à liderança do partido, quando Covas abandonou o PMDB para fundar o PSDB.

José Lourenço não participou diretamente das rodadas de negociações — seu representante era o deputado José Lins (PFL-CE) — mas esteve presente em todas as discussões em plenário. Atuante, levantou as mais variadas questões de ordem que, muitas vezes, impediu o prosseguimento das votações. Expressão maior do grupo conservador na Constituinte, Lourenço foi um dos fundadores do Centrão. Tentou em diversas situações, impedir o avanço das teses progressistas no texto culminando com o seu pedido de dissolução da Assembleia. Foi sempre um dos maiores aliados na defesa dos interesses do Palácio do Planalto junto à Constituinte.

Na mesa de negociações, Roberto Freire e Luis Roberto Ponte, com posições diametralmente opostas, destacaram-se e conquistaram o respeito de seus adversários políticos. Os progressistas aprenderam a admirar Ponte que, apesar de representar o grupo conservador, sempre foi uma pessoa aberta ao diálogo, sem intransigências. O mesmo ocorreu com Roberto Freire, eleito pelos setores da direita como o único representante das esquerdas "com quem conseguimos conversar", disse certa vez o deputado Adolpho de Oliveira. Por ser uma pessoa "de teses universais", afirmaram, Freire não esteve restrito à defesa de propostas de seu partido, exclusivamente. Tanto que foi o autor da emenda que limitou a anistia aos micro e pequenos empresários, levando-o às manchetes dos jornais.

José Lourenço



Por afinidade ou por suas bandeiras pessoais, alguns constituintes notabilizaram-se em temas específicos. O senador Afonso Arinos trouxe ao plenário um dos mais espetaculares embates. Sua defesa intransigente pelo parlamentarismo provocou alguns momentos de emoção, em especial, quando da votação da matéria ainda na Comissão de Sistematização da qual foi seu presidente. Seu discurso foi comovido e virou o voto de muitos parlamentares. Como o mais velho constituinte, Arinos, curiosamente, subiu à tribuna para defender o direito dos jovens menores de 18 e maiores de 16 anos votarem.

Em outros temas do texto constitucional, alguns constituintes tiveram, além da participação constante, papéis decisivos. Na questão tributária, por exemplo, ninguém foi mais atuante do que o deputado José Serra (PSDB-SP). Tudo o que se refere às teses nacionalistas, como a mineração ou conceito de empresa nacional e seus privilégios, foi incluído na Constituição graças ao esforço do senador Severo Gomes. No capítulo da Comunicação, o destaque foi para a deputada Cristina Tavares (PSDB-PE); no Meio Ambiente (o mais avançado entre todas as constituições existentes no mundo embora muitas delas não façam a menor referência) a maior participação foi a do deputado Fábio Feldman (PSDB-SP); e, no capítulo dos Índios, importantes foram as defesas do deputado José Carlos Saboia (PSB-MA) e do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA). O senador, inclusive, sobressaiu-se em várias etapas do processo, especialmente, por suas defesas.

O capítulo da Saúde foi considerado um dos mais avançados do texto e a ele se deve, sobretudo, a atuação de um conservador, o deputado e ex-ministro da Saúde, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). O líder do Governo, aliás, destacou-se em outras matérias, em especial, as de interesse do Palácio do Planalto. No capítulo da Seguridade e Previdência, importante foi a participação do senador Almir Gabriel (PMDB-PA) e, na defesa dos aposentados esteve sem-

Conhecidos por seu poder de negociação, alguns constituintes marcaram todo o processo de redação da nova Carta. Entre eles estão: Nelson Lourenço, Roberto Freire e Luis Roberto Ponte

pre na linha de frente, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PJ-SP).

Existem alguns pontos da Constituição em que se destacaram tanto parlamentares a favor ou contra. E o caso dos Direitos Sociais, em que a luta da classe trabalhadora esteve representada, constantemente, pelo deputado Paulo Palm (PT-RS) enquanto, José Lourenço articulava-se no sentido oposto. Também na reforma Agrária, outro petista teve uma atuação incansável, o deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP) que enfrentou um dos maiores opositores à desapropriação no campo, o deputado Alysso Paulinelli (PFL-MG).

Inovações como mandato de injunção, no Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais, se deve, principalmente, ao deputado Nelson Jobim. Outra novidade numa Carta Constitucional, a reforma urbana, ficou a cargo do trabalho desenvolvido pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ).

PRESENÇA

Houve constituintes que, mercedamente, destacaram-se por suas presenças e revelaram-se num Congresso inteiramente renovado. E o caso da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) presente a todas as discussões e uma das fundadoras do chamado Grupo dos 32, de cunho nitidamente nacionalista, que tinha à rente o senador Virgílio Távora que não veria o final dos trabalhos, falecido em junho. Também sobressaiu-se, em todo o processo, embora não sendo um novo, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos integrantes do Centrão e que esteve sempre atento ao encaminhamento das votações.

"A Constituinte não seria a mesma sem o Genóio". E comum ouvir esta frase nos corredores do plenário. Com certeza, a maior parte das questões de ordem levantadas ficaram por conta do deputado José Genóio (PT-SP). Um dos maiores conhecedores do Regimento Interno, sua presença sempre é notada e, freqüentemente, se insurge contra possíveis tentativas de fuga das regras do jogo. E a ele a quem todos recorrem para esclarecer dúvidas, seja qual for o assunto em votação.

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

Em alguns momentos especiais da Constituinte é verdade que a sociedade brasileira assimilou uma imagem de descaço e até de negligência da Assembleia na elaboração desta Constituição. Para isso contribuíram as tentativas de manobras de alguns grupos, dificuldade de quorum para algumas votações e a falta de assiduidade de uns poucos constituintes. Mas agora, pronto o texto da nova Carta, fica provado que a maioria trabalhou exaustivamente.

Foram quase 2.500 horas trabalhadas ao longo dos últimos 19 meses, quando foram produzidas e selecionadas 54.020 emendas, sendo 122 apresentadas por grupos populares. Diante destes números dá até para acreditar que muito pouca ou quase nenhuma falta fez a ausência de parlamentares como o usineiro Mário Bouchardet (PMDB/MG) ou o frequentador de cassinos Felipe Cheidde (PMDB/SP).

Para um cidadão mais distanciado da realidade, do dia-a-dia da Assembleia Constituinte, pode ser difícil imaginar as dimensões da superestrutura montada dentro do Congresso Nacional para dar condições e oferecer os instrumentos utilizados no feito da Constituição, que chegará às suas mãos daqui a alguns dias. Só para se ter uma idéia, de fevereiro a junho deste ano, esta superestrutura consumiu Cz\$ 2.929.725.060,73.

O capítulo da Saúde foi considerado um dos mais avançados do texto e a ele se deve, sobretudo, a atuação de um conservador, o deputado e ex-ministro da Saúde, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). O líder do Governo, aliás, destacou-se em outras matérias, em especial, as de interesse do Palácio do Planalto.

ORÇAMENTO
O regimento interno da Assembleia conferia à Mesa da Constituinte poderes para elaborar o seu próprio orçamento. Mas o presidente Ulysses Guimarães optou pela utilização dos recursos que seriam destinados à Câmara e Senado, uma vez que, deixando de funcionar, suas despesas fixas não se alterariam. "Fizemos a Constituição sem que a Constituinte se convertesse em mais um órgão gastador. Gastou-se o que tinha de ser gasto", afirma o deputado Marcelo Cordeiro (PMDB/BA), 1º secretário da Mesa, e responsável direto pelas finanças da Constituinte.

Na distribuição dos recursos disponíveis, as somas maiores foram destinadas ao pagamento de pessoal de apoio da Câmara e Senado (Cz\$ 873.920.890,00), aos serviços de processamento de dados efetuados pelo Prodasen (Cz\$ 1.687.614.645,33) e de publicações e impressos feitos pela Gráfica do Senado e Fundação Cabo Frio (Cz\$ 159.621.640,50). Em relação aos preços de mercado, o deputado Marcelo Cordeiro explica que os custos resultantes do serviço realizado pela Gráfica e Prodasen foram irrisórios. Apesar de os dois órgãos estarem ligados ao Senado, ele diz que funcionam como uma empresa, mas

os levantamentos revelam indicadores de utilização dos recursos computacionais igualmente impressionantes. Desde a instalação da Constituinte até agora, foram acionados 100 técnicos do órgão exclusivamente para compor a equipe de apoio. Na parte de recursos materiais foram utilizados o computador central IBM/3081, uma impressora a Laser 3800 e uma impressora xerox 9700.

Auxiliando o trabalho dos relatores no cruzamento de dados e pesquisas, foram impressos cerca de 600 milhões de linhas, processadas em duas mil horas de computação, 500 horas de fita magnética e aproximadamente 6 mil horas de disco magnético.

Interligados ao computador central do Prodasen, foram conectados 642 terminais tornando disponíveis as informações não só aos usuários do Congresso Constituinte — que totalizam 535 terminais — mas também a outros 65 órgãos públicos de Brasília, principalmente ministérios e a Presidência da República.

O PREÇO DA CONSTITUINTE

1 — Reformas e reambientações	3.575.443,31
2 — Material para reproduções, filmagens e gravações	3.025.357,00
3 — Votação eletrônica	145.327.568,05
4 — Sistema de som	3.592.618,76
5 — Material de expediente	2.000.803,60
6 — Ventiladores e circuladores de ar	379.000,00
7 — Cópias	7.750.644,29
8 — Aluguel de telão (instalação da ANC)	52.400,00
9 — Publicação da convocação para instalação da ANC	8.320,00
10 — Constituições do Brasil para os constituintes	270.000,00
11 — Passagens aéreas	6.313.468,51
12 — Hospedagens	1.616.472,23
13 — Transporte de funcionários	2.898.191,76
14 — Lanches e refeições rápidas	585.694,10
15 — Despesas postais e telegráficas	5.315.587,42
16 — Despesas telefônicas e telex	15.277.138,04
17 — Vestuário e uniformes	35.584,00
18 — Núcleo de apoio pessoal da Câmara	511.575.891,68
19 — Núcleo de apoio pessoal do Senado	362.345.030,94
20 — Combustível e lubrificantes	10.460.392,05
21 — Aluguel de salas para reuniões	82.670,16
22 — Prodasen	1.687.614.645,33
23 — Cegraf	159.621.640,50
TOTAL	2.929.725.060,73

* Valor computado até 21 de junho de 88
** Não computados os salários dos 559 constituintes

O QUE FOI FEITO

- * 19 meses de trabalho
- * 2.450 horas trabalhadas
- * 54.020 emendas produzidas (mais 122 emendas populares)
- * 1 anteprojeto substitutivo, 2 anteprojetos de Constituição e 2 projetos A e B de Constituição
- * 1.242 toneladas de papel utilizados
- * 600 milhões de linhas impressas por computação

Afonso Arinos perde no parlamentarismo. Virgílio Távora, negociador, falece em junho